

Nota Técnica

Brasil

Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão

(PROFIS - PROFISCO-MA)

(BR L-1202/2304/OC-BR)

Produto 6.1 - Fortalecimento e consolidação do programa de educação fiscal

Responsáveis:

Nome	Cargo	Unidade Organizacional (sigla e nome)	E-mail
Fernando Antonio Resende de Jesus	AFRE	Assessoria de Desenvolvimento Institucional - ASDIN	fernando.resende@sefaz.ma.gov.br

Data versão: 25/05/2016

1. DESCRIÇÃO DO PRODUTO

O produto foi implantado com o objetivo de fortalecer e consolidar o Programa de Educação Fiscal, bem como desenvolver ações correlacionadas com o aprimoramento da formação de cidadãos abrangendo as organizações da sociedade civil, escolas públicas estaduais, municipais e organizações sindicais.

Para as capacitações foram utilizados materiais instrucionais produzidos pela Escola Superior de Administração Fazendárias – ESAF, materiais específicos de divulgação, manuais para disseminação do tema Educação Fiscal como atividade transversal de acordo com os parâmetros extra curriculares, vídeo-conferência e ferramentas de formação à distância utilizando o Portal do Conhecimento da SEFAZ.

Outro importante recurso utilizado para intensificar as atividades de formação presencial intercaladas com as ações de formação à distância, foi a aquisição de Unidade Móvel adaptada com computadores, cadeiras para montagem de auditórios em ambientes públicos, acesso à internet e gerador de eletricidade.

Contando com uma equipe dedicada de servidores da SEFAZ e da SEDUC, atuando como coordenadores de um conjunto de voluntários das 19 Unidades Regionais da Secretaria de Educação, foi possível contribuir para a construção de um ambiente de cidadania, democratização e correta gestão dos recursos públicos na escola pública estadual e municipal e, ainda colaborando, para melhorar a organização de microempreendedores, agricultores familiares e os conselhos sociais de controle dos fundos públicos.

2. ANTECEDENTES:

Na concepção do projeto, em 2007 foi identificado o problema quanto a persistência dos baixos níveis de consciência cidadã, a despeito do esforço da educação fiscal, que tiveram como causas a lenta assimilação social aos estímulos da educação fiscal para participação cidadã e a inexistência de um centro de articulação dos programas estaduais voltados para a cidadania. Diante desse cenário, a solução indicada foi o Fortalecimento e a Consolidação do Programa de Educação Fiscal, visando como resultado 2.000 membros dos colegiados escolares capacitados no tema educação fiscal em um prazo de 24 meses.

Considerando que o trabalho desenvolvido pela Educação Fiscal tem caráter de continuidade, mesmo sem a liberação de recurso oriundo de fonte externa (PROFISCO), durante o período de execução do projeto, com a utilização de recursos próprios, foram desenvolvidas as atividades destacadas abaixo, que, inclusive, possibilitaram a superação da meta estabelecida inicialmente:

- (a) 3.000 novos professores, técnicos e membros dos colegiados escolares capacitados no período de 2007 a 2009;
- (b) adquiridos e instalados em 19 unidades regionais de educação equipamentos gráficos e computadores;
- (c) editadas, impressas e distribuídas 20.000 cartilhas para formação de professores, no tema educação fiscal.

Em 2011 foram capacitados 690 disseminadores e 42 tutores para atuarem na plataforma de ensino à distância no tema educação fiscal.

Na formulação do projeto, foi identificado como uma das causas do problema enfrentado pelo programa de educação fiscal foi a "Inexistência de um centro de articulação dos programas estaduais voltados para a cidadania", porém nenhuma ação específica foi formulada para o seu desenvolvimento. Após desenvolver parte do produto ficou evidenciada a necessidade de ampliação do escopo.

Diante desse contexto, foi estabelecida uma nova meta para o produto: Instituir Centro de Referência para o Controle Social da Despesa Pública para formação de lideranças comunitárias, gestores públicos e Conselheiros Sociais.

Por meio de reuniões de trabalho com vistas a celebração de acordos de cooperação técnica, foi dado o primeiro passo no sentido de instituir o Centro de Referência foi a consolidação das parcerias com entidades que promovem atividades em favor da cidadania, a exemplo do Tribunal e Contas do Estado-TCE/MA, Controladoria Geral da União-CGU, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Educação e outros.

Após assinatura do Acordo de Cooperação, em 2010, foi criada a rede de controle social, formada pelos órgãos públicos envolvidos com o controle da despesa pública, bem como a realização de diversos eventos periódicos de capacitação com os órgãos integrantes da rede.

Vale destacar que no ano de 2012 houve uma articulação significativa dos órgãos que compõem a rede de controle social na preparação das conferências regionais, tal expressividade, culminou com a participação de representantes dos órgãos integrantes da rede de controle social na Conferência Nacional de Controle Social, realizada no mesmo ano.

No ano de 2013, foi elaborada proposta em acordo com o líder do produto e a alta administração da SEFAZ para redesenhar o projeto e adquirir ferramentas que possibilitassem a ampliação das atividades de capacitação de cidadãos para o controle social dos recursos públicos. Nesse sentido, foi proposto e aceito a aquisição de uma Unidade Móvel adaptada com computadores com acesso à internet, cadeiras para montagem de auditórios em ambientes públicos e um gerador de eletricidade. Esforço este, para intensificar as atividades de formação presencial intercaladas com as ações de formação à distância. Ao final do mesmo ano foi formalizado contrato de aquisição da Unidade Móvel adaptada para o fim proposto.

Em 2014, em diversos municípios do Estado, de forma contínua, o programa de educação fiscal passou a utilizar a plataforma de capacitação móvel em eventos de formação de membros dos conselhos sociais e lideranças comunitárias, para atuar na fiscalização dos gastos públicos, assim como na formalização de microempreendedores e agricultores familiares.

No exercício de 2015, durante 90 dias, a Unidade Móvel se fez presente em 24 municípios do Estado, com a capacitação para a formação de membros dos conselhos sociais e lideranças

comunitárias, com o intuito de preparar esses membros, para atuar na fiscalização dos gastos públicos e no trabalho de formalização de microempreendedores individuais.

O programa de educação fiscal se integrou ao evento “Mutirão Mais IDH” promovido pelo governo do estado, com o objetivo de aumentar os indicadores sociais das cidades que encontram-se em condição de extrema pobreza.

Utilizando a Unidade Móvel da Educação Fiscal foram realizados trabalhos envolvendo a rede de controle social com a gestão da SEFAZ, bem como com a gestão dos outros órgãos integrantes da rede. Dos quais destaca-se:

- Reuniões de formação técnica da SEDUC nas cidades de Pedreiras, Bacabal, Chapadinha e Rosário em articulação com o Programa “Escola Digna”, as quais serviram de polo de integração para os 30 municípios de menor IDH;
- Capacitação de 132 membros de colegiados escolares e integrantes do caixa escolar nas palestras de Orçamento e Prestação de Contas;
- Em parceria com CGU, TCE e TC foram realizadas 11 capacitações presenciais, perfazendo um total de 389 gestores capacitados, nos municípios de São Benedito do Rio Preto, Buriticupu, Cândido Mendes, Rosário e Santa Inês;
- Realizadas com o apoio da Unidade Móvel adaptada, em parceria com o Programa “Mais IDH” a formação de 591 agricultores familiares e de 704 microempreendedores nos municípios de menor IDH;
- Com o objetivo de fortalecer a gestão pública e a execução dos trabalhos da agricultura familiar, empreendedores e comunidades escolares foram realizadas oficinas para 1.069 gestores públicos;
- Concluída a capacitação dos candidatos a gestores das escolas estaduais, nas 19 unidades regionais da educação, para a construção e fortalecimento de um ambiente de cidadania, democratização e correta gestão dos recursos públicos e ainda, colaborando, para melhorar a organização de microempreendedores, agricultores familiares e os conselhos sociais de controle dos fundos públicos;
- Conclusão do curso de Educação Fiscal na plataforma de ensino à distância no tema educação fiscal, com o atingimento da meta geral de 811 alunos inscritos.

O Programa de Educação Fiscal foi estruturado e definido com propósito de elevar o grau de informação fiscal da sociedade civil, sensibilizando cidadãos para reconhecerem a função socioeconômica dos tributos, incentivando-os a acompanhar ativamente a aplicação dos recursos públicos e ofertando à sociedade a possibilidade de participação mais efetiva e consciente no processo democrático, cabendo-lhe o papel de fiscalizador da utilização dos recursos dos quais é provedor por meio do pagamento dos seus tributos.

3. META ACORDADA NO MARCO DE RESULTADOS

Linha de base: 8.000 professores capacitados na temática educação fiscal nas escolas públicas estaduais

Valor acordado: 2.000 novos professores, técnicos e membros dos colegiados escolares capacitados no tema educação fiscal nas escolas da rede pública, em 24 meses.

Alteração da meta: 20 novos municípios atendidos por meio da Unidade Móvel do Programa de Educação Fiscal.

Por decisão do líder do produto em acordo com a alta administração foi redesenhado o projeto com foco na capacitação de cidadãos para o controle social dos recursos públicos. Para essa capacitação foi adquirida uma Unidade Móvel adaptada (ônibus).

Valor alcançado: Meta cumprida mesmo antes do início das atividades do Profisco por meio da seguinte ação: 3.000 novos professores, técnicos e membros dos colegiados escolares capacitados no período de 2007 a 2009.

Contribuiu para o alcance da meta o trabalho coordenado entre a SEFAZ e a SEDUC, com a determinação da alta gerência das duas instituições, em especial a completa integração da SEFAZ com a Superintendência de Projetos Especiais da SEDUC e o apoio das diretorias da 19 Unidades Regionais de Educação.

Com a utilização da Unidade Móvel foram realizadas as seguintes atividades nos exercícios de 2014 e 2015:

O que	Quantidade de Participantes
Capacitação Presencial em Parceria com a CGU, STC, TCU, TCE e Ministério Público.	1.640
Capacitação Presencial e on-line do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal em Parceria com a Rede de Controle, Prefeituras e SEDUC.	1.207
Capacitação Presencial em Parceria com a Rede de Controle e com a Articulação do Semiárido Brasileiro	56
Palestra de Sensibilização do PEFE e Inscrição no Curso de Disseminadores de Educação Fiscal	223
Mini Curso sobre o Acompanhamento dos Recursos Públicos e Prestação de Contas dos mesmos, em parceria com as SEMED's.	131
Total de Participantes Capacitados	3.257

4. ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO

Inicialmente ocorreram dificuldades na elaboração das Especificações Técnicas para aquisição da Unidade Móvel adaptada, com o aparelhamento necessário às reais necessidades

e obedecendo os limites financeiros estabelecidos no Plano de Aquisições do PROFISCO. Para superar essa dificuldade foi realizada visita técnica à instituições que utilizam veículos adaptados para promover ações de capacitação, o que subsidiou a definição das especificações técnicas necessárias para a realização da Licitação Publica Naconal - LPN.

Vencida essa dificuldade inicial foi adquirida uma Unidade Móvel adaptada com computadores instalados, cadeiras para montagem de auditórios em ambientes públicos, acesso à internet e um gerador de eletricidade para intensificar as atividades de formação presencial, intercaladas com as ações de formação à distância.

Com a utilização da Unidade Móvel é possível reunir membros de colegiados escolares, conselheiros sociais e membros da sociedade civil interessados na temática, preparando-os para acessarem a plataforma móvel ou para realizar atividades presenciais de conteúdo sintetizado para temas específicos:

- Exames de prestações de contas;
- Capacitação de gestores para o fortalecimento da gestão pública;
- Capacitação de agricultores familiares e empreendedores informais.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

(i) Data de Início: 2011

(ii) Data de Término: 2015

5. SUSTENTABILIDADE DA SOLUÇÃO

Entre os possíveis riscos potenciais de sustentabilidade do projeto pode-se identificar as limitações orçamentárias para manutenção dos equipamentos e da Unidade Móvel, assim como recursos para o custeio das atividades decorrentes da sua utilização (ex. diárias, combustível, entre outras).

Outro risco está relacionado ao nível de adesão dos diretores das escolas, líderes de conselhos sociais, considerando as múltiplas tarefas e desafios na gestão da escola e dos conselhos, limitando o espaço para realização das atividades de capacitação no tema educação fiscal.

Com relação as limitações orçamentárias de sustentabilidade do projeto, a proposta de ação de mitigação consiste em obter autorização do ordenador de despesa para assegurar os recursos previstos no orçamento anual da SEFAZ de forma perene.

No que se refere aos riscos de baixa adesão, foi assinado um Termo de Compromisso entre esta SEFAZ e a SEDUC, com o objetivo de fortalecer a gestão escolar, o desenvolvimento da cidadania e a transparência da gestão escolar.

A ação conjunta visa priorizar as atividades desenvolvidas pelo Programa de Educação Fiscal da Sefaz no âmbito das escolas estaduais e das Unidades Regionais –URES, com o objetivo de disseminar boas práticas de governança para alcance da excelência na gestão escolar.

6. BENEFÍCIOS E RESULTADOS QUE PODERÃO SER ALCANÇADOS PARA ALÉM DO MARCO DE RESULTADOS

7.1. Benefícios qualitativos

A escola que atua de acordo com a gestão pública transparente é comprometida com a participação social na estrutura governamental, estimula o cidadão compreender e fiscalizar os gastos do governo, com repercussão na eficiência das políticas públicas e da qualidade de ensino.

Aplicando os recursos corretamente e prestando contas com transparência de cada centavo recebido da Secretaria da Educação e do Fundo Nacional de Educação - FNDE na manutenção e na alimentação escolar, a escola consegue como resultados: difundir e fomentar a cidadania na comunidade, comodidade, conforto, ambiente escolar adequado, laboratórios de informática, alimentação escolar nutritiva e saudável, abrindo possibilidades de ensino excelentes para o currículo formal, ferramentas tecnológicas e formação de lideranças e cidadãos.

7.2 Outros resultados quantificados

Além das atividades de formação de disseminadores da educação fiscal em 20 novos municípios atendidos por meio da Unidade Móvel, foram realizadas em mais de 60 municípios as atividades descritas abaixo:

Capacitação presencial da SEFAZ para fortalecer a economia e o controle social nos 30 Municípios de menor IDH.	3.661
Capacitação presencial para gestores e sociedade civil em parceria com as secretarias municipais de finanças e da agricultura.	241
Orientações para os presidentes e conselheiros das Associações que estão inadimplentes ou irregulares com o FISCO	181
Capacitação de Conselheiros da Educação e Saúde sobre prestação de contas	41
Oficinas para Gestores Públicos para fortalecer a Gestão Pública e Execuções dos trabalhos para Agricultor familiar, Empreendedores e Comunidades escolares.	1.069
Palestras para Agricultores e Micro Empreendedores no ônibus da Cidadania no FOMENTA SEBRAE-MA, no Município de Imperatriz.	292
Palestras para Agricultores e Micro Empreendedores no ônibus da Cidadania nas AGRITEC's nos Municípios de São Bento, Acailândia,	402

Caxias e Bacabal.	
Total	5.887

7.3 Resultados para o aumento da arrecadação

A transparência na divulgação quanto a utilização dos recursos públicos, aliada à correta aplicação desses recursos é sempre a melhor forma de estimular o cidadão a recolher corretamente seus tributos.

O Programa de Educação Fiscal, ao direcionar todo o seu esforço para estimular o cidadão a compreender o contexto socio-econômico das finanças públicas é o elo que possibilita a fiscalização dos gastos públicos, com efeito na sua eficiência, dando sua contribuição para melhorar o índice de recolhimento espontâneo dos tributos.

No que concerne ao ICMS, o Programa de Educação Fiscal ao estimular o cidadão a exigir a nota fiscal quando do seu consumo, aliado a disseminação do fato que o imposto é pago pelo cidadão e somente chegará aos cofres públicos por meio dessa oficialização da aquisição (emissão do documento fiscal), também auxilia no combate à sonegação do imposto.